



CARTA AO POVO CEARENSE PELO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ORÇAMENTO FEDERAL PÕE SUAS NO ABISMO

O governo federal, por meio dos Ministérios da Cidadania e da Economia e em desrespeito ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), tem agido contra a proteção social, esvaziando a Seguridade Social com o fim do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Recentemente, a Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece) e o Colegiado Estadual dos Gestores Municipais da Assistência Social do Ceará (Coegemas/CE) vem discutindo sobre dados preocupantes e que põe o movimento municipalista em alerta na mobilização pela recomposição imediata do orçamento para 2023. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2023 apresenta cortes desastrosos no orçamento do SUAS, o que compromete integralmente o funcionamento de milhares de unidades da Assistência Social espalhados pelos 5570 municípios brasileiros. Essas reduções de recursos inviabilizam a garantia plena de direitos, além de aumentar cada vez mais as desproteções sociais que já se acumulam desde abril de 2016.

A leitura do PLOA 2023 permite aferir os seguintes dados das ações programáticas da Assistência Social:

219E – Ações de Proteção Social Básica

LOA 2022: R\$ 638.552.040,00

PLOA 2023: R\$ 31.927.602,00

Redução (%): 95%

Redução (R\$): 607 milhões

219F – Ações de Proteção Social Especial

LOA 2022: R\$ 327.000.000,00

PLOA 2023: R\$ 16.350.000,00

Redução (%): 95%

Redução (R\$): 311 milhões

219G – Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (EMENDAS PARLAMENTARES)

LOA 2022: R\$ 1.552.019.597,00

PLOA 2023: R\$ 50.000,00

Redução (%): 100% (valor arredondado)

Redução (R\$): 1,6 bilhão

Essa redução, sem tamanho e proporção no campo da atuação e da garantia dos direitos da população usuária do SUAS, certamente vai refletir diretamente nos mais de 33 milhões de brasileiros que sofrem diariamente com a fome. Os 77 milhões de brasileiros que estão na linha da pobreza ou extrema pobreza ficarão sem atendimento público, diante da descontinuidade de serviços que buscam a prevenção e combate à violência contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência e idosos.

Esse orçamento proposto é expressão do atual desgoverno que impõe progressiva redução de investimento nas políticas públicas. Exemplo disso é o congelamento do orçamento imposto pela Ementa Constitucional 95 e a Portaria 2362/2019 (portaria do calote) que vem golpeando profundamente o SUAS.

Hoje os municípios e estados sofrem com o subfinanciamento do SUAS. Para contextualizar, os 184 municípios do Ceará deveriam receber mensalmente do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) cerca R\$ 9.669.640,68. Com a Portaria 2362/2019, os repasses, quando não há atrasos, chegam apenas ao



valor mensal de R\$ 5.801.784,41, o que representa um corte de 60% dos recursos, desafiando gestores e gestoras a materializar o SUAS e suas competências.

O cenário é muito mais assustador. Os municípios cearenses passariam, a partir de janeiro de 2023, a receber R\$ 483.482,03, o que representa uma redução 95%, se levados em consideração aos valores pactuados. No entanto, partindo do pressuposto da Portaria 2362/2019, esse valor será de apenas R\$ 290.089,22, o que torna a situação muito mais cruel.

Para termos uma comparação da realidade e do que esse corte representa para o SUAS, o município de Fortaleza, no Bloco Proteção Social Básica, recebeu, em julho de 2022, o equivalente a R\$ 253.432,35, quase o total que os 184 municípios cearenses devem receber a partir de janeiro de 2023, caso a PLOA seja aprovada como está.

A proposta em questão **ROMPE O PACTO FEDERATIVO COM OS MUNICIPIOS**, apontando para o fim das transferências federais aos entes locais, o que implicará em fechamento de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), Centros Dia, Centros Pop. Além da potencial suspensão dos serviços de acolhimento de crianças, adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência e do fim do Cadastro Único (CadÚnico), que garante acesso a milhões de usuários aos programas federais.

É preciso reverter esse cenário com mobilização e apoio de todo o poder legislativo nacional, com o engajamento de todos os partidos políticos, para salvar o único sistema público de proteção social em toda a América Latina, mantido exclusivamente por impostos, que é genuinamente brasileiro: o SUAS. É imperativo, exigir o compromisso de todas as candidaturas ao executivo nacional, nas eleições que se aproximam, com a reversão desse quadro e a garantia da recomposição do orçamento do SUAS, que exige um mínimo de R\$ 5 bilhões para viabilizar as ações acima citadas, visando apenas manter o



funcionamento da atual Rede Socioassistencial existente nos 5570 municípios do Brasil.

Esse documento é um manifesto suprapartidário; em nome dos mais de 77 milhões de brasileiros em desproteção social, em especial os irmãos e irmãs cearenses; os milhares de trabalhadores e gestores do Sistema Único de Assistência Social que conclamam outros tantos milhões de brasileiros pela luta em prol da manutenção do Sistema Único de Assistência Social, conquista civilizatória da sociedade brasileira.

O SUAS EXISTE, O SUAS RESISTE!

Associação dos Municípios do Estado do Ceará

Colegiados Estadual do Gestores

Municipais da Assistência Social do Ceará